

**Diário Oficial** Número: 27051

**Data:** 29/06/2017

**Título:** LEI 10557

**Categoria:** » PODER EXECUTIVO » LEI

**Link permanente:** <http://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/14886/#e:14886/#m:926085>

LEI Nº 10.558, DE 29 DE JUNHO DE 2017.

Autor: Deputado Dr. Leonardo

**Institui a Política Estadual de Prevenção e Combate às Doenças Associadas à Exposição Solar no Trabalho.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Prevenção e Combate às Doenças Associadas à Exposição Solar no Trabalho.

**Art. 2º** A Política consiste em ações voltadas à prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças associadas à exposição solar no trabalho.

**Art. 3º** Constituem objetivos da Política:

- I - fornecimento aos empregados expostos ao sol, em virtude de suas atividades laborais, de filtro solar, roupas ou outros meios que protejam da radiação solar;
- II - implantação de medidas que reduzam a exposição dos trabalhadores ao sol nos períodos do dia com maior incidência de radiação;
- III - implantação de medidas para a conscientização e o estímulo da utilização individual da proteção contra a radiação solar;
- IV - divulgação de esclarecimentos sobre a forma correta de utilização da proteção contra a radiação solar;
- V - implantação de medidas que permitam o diagnóstico de doenças associadas à exposição solar, priorizando os trabalhadores mais idosos que trabalharam durante muito tempo expostos ao sol;
- VI - responsabilização dos agentes negligentes na aplicação de medidas protetivas aos trabalhadores;
- VII - estabelecimento de parcerias com empresas e entidades para pesquisa e fornecimento de meios protetivos aos trabalhadores;
- VIII - estímulo à utilização de proteção em situações de risco não relacionadas à atividade laboral, especialmente naquelas de lazer expostas ao sol;
- IX - promoção de tratamento adequado aos atingidos pelas doenças associadas à exposição solar;
- X - promoção de meios para ampla divulgação desta Lei;
- XI - incentivos às empresas e entidades para o fornecimento voluntário de protetor solar aos seus empregados que trabalhem em serviços externos;
- XII - promoção de outras atividades que colaborem com a implementação da Política.

**Art. 4º** O fornecimento de filtro solar e outras medidas protetivas de que trata esta Lei serão realizados sempre com produtos adequados e em quantidade suficiente para todos os empregados expostos.

**Art. 5º** Na implantação da Política prevista nesta Lei serão considerados:

- I - aspectos peculiares a cada classe de trabalhadores, especialmente os relativos à atividade laboral exercida;
- II - capacidade financeira das empresas envolvidas, de forma a proteger as oportunidades de emprego e os salários dos trabalhadores;
- III - medidas especiais relacionadas ao trabalhador rural, bem como aos trabalhadores autônomos e informais em situação de risco.

**Art. 6º** Poderão ser realizadas campanhas com o intuito de buscar o apoio e a participação da classe médica na presente Política, de modo a facilitar a prevenção e o tratamento das doenças causadas pela exposição solar.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 29 de junho de 2017, 196º da Independência e 129º da República.

  
**PEDRO TAGUES**  
Governador do Estado